

AJ10.991

■ NACIONAL

Reitor Cassetti

PIB Regional cresce no Norte e Nordeste, revela o IBGE

Vera Saavedra Durão
do Rio

Os estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Ceará e o Distrito Federal foram os que mais aumentaram sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do País entre 1985 e 1997, conforme pesquisa das contas regionais divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar do mapa da riqueza nacional não ter mudado muito no período — com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul mantendo-se à frente no ranking de participação dos estados no PIB —, os novos nichos de desenvolvimento sinalizam mudanças importantes na economia brasileira nos próximos anos.

Para o ministro de Orçamento e Gestão, Martus Tavares, esse desempenho regional reflete a tendência de deslocamento do desenvolvimento do Sudeste para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, principalmente na área do Araguaia e Tocantins, atualmente o eixo de maior dinamismo do País.

Eduardo Nunes, coordenador das contas regionais do IBGE e responsável pelo trabalho, confirma a análise do ministro, destacando, no período pesquisado, o surgimento do Centro-Oeste como pólo de desenvolvimento da agroindústria, baseado no crescimento excepcional do Mato Grosso, que quase dobrou sua participação no PIB — 0,69% para 1,05% — em doze anos.

“A agricultura do Mato Grosso, responsável por essa performance, cresceu 140% entre 85 e 97, dupli-

PIB regional

Participação dos estados (em %)

Estados	1985	1997
São Paulo	36,12	35,48
Rio de Janeiro	12,70	11,22
Minas Gerais	9,61	10,01
R. Grd. do Sul	7,88	7,95
Paraná	5,92	6,07
Bahia	5,35	4,25
Santa Catarina	3,30	3,66
Pernambuco	2,62	2,69
Distrito Federal	1,37	2,28
Ceará	1,72	2,02
Espírito Santo	1,72	1,86
Goiás	1,80	1,84
Pará	1,52	1,69
Amazonas	1,52	1,66
Mato G. do Sul	0,95	1,07
Mato Grosso	0,69	1,05
Maranhão	0,74	0,85
Paraíba	0,72	0,80
R. Grd. do Norte	0,78	0,77
Alagoas	0,86	0,66
Sergipe	0,92	0,56
Piauí	0,39	0,49
Rondônia	0,48	0,48
Tocantins	—	0,20
Amapá	0,12	0,18
Acre	0,13	0,15
Roraima	0,07	0,07

...ando sua participação na economia brasileira e ampliando para 18% sua presença no PIB agrícola da região”, destacou Nunes.

O desempenho do estado do Amazonas também chamou a atenção do coordenador da pesquisa, dada a importância adquirida pela Zona Franca na década de '90, como resposta ao processo de abertura comercial implantado no País. As indústrias locais, principalmente de vídeos, TVs e aparelhos de som e de telecomunicações, transformaram-se em montadoras, aderindo a um processo produtivo básico e flexível, passando a produzir vários produtos com matéria-prima importada. Com este movimento, o produto interno estadual aumentou para 1,66% sua participação no PIB e a renda

per capita do Amazonas subiu para R\$ 5.816, acima da média do Brasil, de R\$ 5.413, em 1997.

O Pará também surpreendeu ao aumentar sua presença no PIB para 1,69% em 1997, impulsionado pela indústria extrativa de minério de ferro, no projeto Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). “A produção de minério Carajás cresceu 240% nos últimos doze anos”, disse Nunes.

O Distrito Federal foi outra revelação, mais do que dobrando sua fatia no PIB, de 1,37% em 1985 para 2,28% em 1997. Isso, segundo Nunes, devido ao aumento dos gastos do governo com a folha do funcionalismo e dos inativos. Tal fenômeno se refletiu na renda per capita local, que saltou para R\$ 10.508 em 1997, a maior do País.

Dentre os estados que perderam participação do produto brasileiro destacam-se São Paulo, Rio, Bahia e Sergipe. Sérgio Besserman, presi-

dente do IBGE, ao comentar a perda de São Paulo ressaltou o comportamento pujante da economia paulista, que nesses doze anos de mudanças econômicas no País, incluindo superinflação e estabilidade pós-Real, conseguiu manter-se no primeiro lugar no ranking regional, encolhendo apenas 0,5 ponto percentual.

“Essa perda parece pouca, mas não é”, disse Eduardo Nunes, que calcula em R\$ 9 bilhões cada ponto percentual perdido do PIB, tomando como base o valor do PIB nacional a preços correntes de 1997, de R\$ 864,1 bilhões. O PIB paulista somou R\$ 306,5 bilhões em 1997, com renda per capita de R\$ 8,8 mil.

Nunes lembrou que o Rio perdeu 1,5 ponto percentual em sua partici-

pação no período pesquisado. O estado acumula 50% das reservas nacionais do produto e, entre 1985 e 1997, ampliou em 85% a produção de óleo

bruto, mas foi prejudicado pela queda no preço do petróleo no período. Bahia e Sergipe também foram prejudicados pela redução dos preços e fim da produção local do óleo.

A pesquisa do IBGE durou três anos e agora será feita anualmente. Os dados serão usados pelo Tribunal de Contas da União para critérios de referência na repartição dos impostos dos estados. O critério do TCU para repartir estes recursos é o de que quem tem maior renda per capita recebe menos.

O IBGE coordenou todo o trabalho de campo nos estados e uniformizou a metodologia de cálculo dos PIBs regionais tendo por base a nova metodologia do PIB nacional, baseado nas contas nacionais da Organização das Nações Unidas (ONU).

Centro-Oeste também se destaca como pólo de desenvolvimento em razão do crescimento excepcional do MT